CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do que dispõe o artigo 127 da Constituição da República, possui a relevante missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 8º prevê que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico;

CONSIDERANDO que a Resolução 033/2013-CPJ, em seu artigo 10, estabelece que a 13ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos possui atribuições nos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais de natureza cível, relacionados: I - à violação dos direitos humanos, no que respeita às garantias individuais e ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana; e II - à defesa de órfãos, interditos e incapazes, das pessoas com deficiência e dos idosos;

RESOLVE instaurar o presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, com o fim específico de **fiscalizar de forma continuada a APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais** ao tempo em que, **DETERMINO** as seguintes providências, independente de outras diligências a serem tomadas:

Comunique ao CSMP e à Corregedoria do Ministério Público do Estado do Pará, a instauração do Procedimento Administrativo; Proceda o envio do extrato (resumo) da portaria inaugural ao Setor de Correspondência do Ministério Público para publicação; Nomeie o servidor MILSON LAGO FRANÇA como secretário; Proceda a juntada aos autos do Calendário de visita de inspeção na APAE;

Mantenha os autos em Secretaria até o dia 10/04/2018 aguardando a realização da visita de inspeção na instituição; Cumpra-se.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMPRADA-SE.

Marabá/PA, 04 de março de 2018

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 287928

RESUMO DA PORTARIA Nº 009/2018-MP/1ªPJ/MA/PC/HU
O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ, torna pública a **conversão** da Notícia de Fato nº 000069-113/2016-MP/1ªPJ/MA/PC/HU em Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Preparatório nº 000069-113/2016-MP/1ªPJ/MA/PC/HU

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: Anselmo e Iza

Objeto de Investigação: Ocorrência de Poluição Sonora na Passagem "o Sol nasce para todos", próximo ao canal da São Joaquim, supostamente provocada pelos investigados.

Belém, 01 de março de 2018.

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ

1º Promotor de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 287956

PORTARIA N.º 80/2018/13ª PJ CÍVEL DE MARABÁ
OBJETIVO- Instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar de forma continuada a Instituição de Acolhimento de Longa Permanência para Idosos LAR SÃO VICENTE DE PAULO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da Promotora de Justiça com atribuições na 13ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Marabá, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 8º da Lei n.º 7.347/85 (LACP), no artigo 25, IV, "a", "b", e 26, I e V da Lei nº 8.625, de 12.02.93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); no artigo 54, I, "a", "b", "c" e "d" da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006, e demais legislações especiais de qualquer forma aplicáveis;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do que dispõe o artigo 127 da Constituição da República, possui a

relevante missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o artigo 230 do Estatuto do Idoso, prevê que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

CONSIDERANDO que o Estatuto do Idoso, traz ainda em seu artigo 2º, que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

CONSIDERANDO que a Resolução 033/2013-CPJ, em seu artigo 10, estabelece que a 13ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos possui atribuições nos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais de natureza cível, relacionados: I - à violação dos direitos humanos, no que respeita às garantias individuais e ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana; e II - à defesa de órfãos, interditos e incapazes, das pessoas com deficiência e dos idosos;

RESOLVE instaurar o presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, com o fim específico **fiscalizar de forma continuada a Instituição de Acolhimento de Longa Permanência para Idosos LAR SÃO VICENTE DE PAULO**, ao tempo em que, **DETERMINO** as seguintes providências, independente de outras diligências a serem tomadas:

Comunique ao CSMP e à Corregedoria do Ministério Público do Estado do Pará, a instauração do Procedimento Administrativo; Proceda o envio do extrato (resumo) da portaria inaugural ao Setor de Correspondência do Ministério Público para publicação; Nomeie o servidor MILSON LAGO FRANÇA como secretário; Proceda a numeração das páginas dos autos;

Coloque-se capa amarela nos autos;

Proceda a juntada aos autos do Calendário de visita à instituição; Mantenha os autos em Secretaria aguardando a realização da visita de inspeção à instituição;

Cumpra-se.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMPRADA-SE.

Marabá/PA, 04 de março de 2018

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 287917

PORTARIA N.º 106/2018-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO ser Poder-Dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200 da Lei Estadual nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO, finalmente, os termos do despacho da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, às fls. 66-71, acolhido *in totum*,

R E S O L V E:

DETERMINAR o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 3.429/2017-MP/PGJ, de 02/06/2017, publicada no D.O.E. de 3/10/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRADA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 6 de março de 2018.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA N.º 107/2018-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO ser Poder-Dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200 da Lei Estadual nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO, finalmente, os termos do despacho da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, às fls. 61-66, acolhido *in totum*,

R E S O L V E:

DETERMINAR o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 3.420/2017-MP/PGJ, de 2/6/2017, publicada no D.O.E. de 3/10/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRADA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 1º de março de 2018.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 287694

PORTARIA N.º 108/2018-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO ser Poder-Dever da Administração Pública a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200 da Lei Estadual nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (RJU);

CONSIDERANDO, finalmente, os termos do despacho da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, às fls. 68-73, acolhido *in totum*,

R E S O L V E:

DETERMINAR o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 3.426/2017-MP/PGJ, de 2/6/2017, publicada no D.O.E. de 3/10/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRADA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 1º de março de 2018.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 287746

ROL DE INSCRITOS - EDITAL 014/2018-CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, *caput*, da Lei Complementar nº 057/2006, **TORNA PÚBLICO** o rol de inscritos no concurso de remoção na terceira entrada decorrente do Edital nº 014/2018-CSMP, publicado no D.O.E. nº 33.562, de 21/02/2018:

11º PJ CRIMINAL DE BELÉM - REMOÇÃO - ANTIGUIDADE PROCESSO Nº 014/2018-CSMP			
	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTOCOLO
01	JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES	22/02/2018	8249/2018
02	CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR	22/02/2018	8271/2018
03	ANTONIO LOPES MAURÍCIO	23/02/2018	8680/2018
04	SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA GONÇALVES	26/02/2018	8752/2018
05	EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR	26/02/2018	8851/2018
06	MÔNICA REI MOREIRA FREIRE	26/02/2018 27/02/2018	8880/2018 9036/2018
07	IVANILSON PAULO CORRÊA RAIOL	27/02/2018	8952/2018
08	LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO	27/02/2018	8958/2018
09	MARIA LUIZA LOUREIRO DE BORBOREMA	01/03/2018	9932/2018
10	FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS LAUZID	02/03/2018	10264/2018
11	MARCELO BATISTA GONÇALVES	02/03/2018	10359/2018
12	LUIZ CLÁUDIO PINHO	05/03/2018	10793/2018

Belém-PA, 07 de março de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça-Presidente do Conselho Superior

Protocolo: 287655